

Trabalho e movimentos sociais: diálogo possível?

Labour and social movements: dialogue possible?

Inez Terezinha STAMPA*

Pessimismo da inteligência, otimismo da vontade.

Antonio Gramsci

Resumo: Este texto examina as possíveis articulações entre o movimento sindical de trabalhadores com outros movimentos sociais com o objetivo de ampliar sua base de atuação política em defesa de direitos do trabalho e da cidadania. Tem como foco a sociedade brasileira atual, numa conjuntura histórica em que convivem velhos e novos padrões de gestão e de trabalho, e cujas implicações têm, também, se refletido sobre a perda de identidades coletivas em função de um processo de fragmentação, exacerbação do individualismo e “descartabilidade” de trabalhadores e de suas qualificações.

Palavras-chave: Trabalho. Trabalhadores. Movimentos Sociais. Sindicalismo.

Abstract: This article examines the possibility of joint actions between the syndical movement of workers and other social movements with the objective to extend its base of political performance in defense of the rights of the work and the citizenship. The article has as focus the current Brazilian society in a historical conjuncture where coexist old and new standards of management and work that reflect on the loss of collective identities in a process of spalling, growth of the individualism and “disposability” of the workers and their qualifications.

Keywords: Work. Workers. Social Movement. Syndicalism.

Recebido em 15/09/2010. Aprovado em 01/12/2010

* Graduada em Ciências Sociais e em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Mestrado e doutorado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Professora do Departamento de Serviço Social da PUC-Rio. Atua na coordenação do Centro de Referências das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985) - Memórias Reveladas pelo Arquivo Nacional. E-mail: inestampa@ig.com.br

Introdução

A análise sobre as possíveis articulações entre o movimento sindical com outros movimentos sociais exige, inicialmente, uma reflexão sobre as transformações no mundo do trabalho e suas conseqüências para os trabalhadores e para os sindicatos, entendidos estes como instância de representação dos primeiros.

Nesse sentido, para que se compreenda os limites e possibilidades da ação sindical, em um contexto de transformações no mundo do trabalho e de uma nova configuração histórica da questão social, oriunda das mudanças na esfera do trabalho e das relações estabelecidas entre Estado, mercado e sociedade, ocasionando, inicialmente, a restrição do espaço público e das ações coletivas, faz-se necessário analisar de que forma essas alterações em curso representam um desafio para os trabalhadores envolvidos, bem como identificar os caminhos possíveis de atuação dos sindicatos.

Este ensaio assenta-se no exame da relação existente entre o sindicalismo e o processo de consolidação de uma sociedade democrática. Por essa razão, centra-se na análise da “possibilidade dos sindicatos se associarem a outros movimentos sociais com o objetivo de ampliar sua base de atuação política em defesa de direitos do trabalho e da cidadania” (RAMALHO E SANTANA, 2003), tendo como foco a sociedade brasileira atual, numa conjuntura histórica em que convivem velhos e novos padrões de gestão

e de trabalho, e cujas implicações têm, também, se refletido sobre a perda de identidades coletivas em função de um processo de fragmentação, individualização e “descartabilidade” de trabalhadores e de suas qualificações.

Com o objetivo de tornar mais clara a reflexão aqui proposta, cabe uma breve referência ao que se observa na literatura especializada sobre o tema “movimentos sociais”. Os primeiros estudos sobre o tema surgiram no final da década de 1960, com a eclosão de um ciclo de protestos em várias partes do mundo. Nas ciências sociais, o debate sobre o fenômeno somente se instalou na década de 1970, quando foram abordados os movimentos sociais como forma de ação coletiva, e surgiu, então, a primeira ramificação no interior desse estudo, com enfoques diferenciados. O primeiro deles veio da escola norte-americana, cujo foco de pesquisa é a organização dos movimentos sociais (formas de “recrutamento”, quem são as pessoas que participam, como decidem e como organizam as formas de protestos). Nessa abordagem não está em jogo a contestação da ordem social, ou do capitalismo por parte desses movimentos. Já a escola europeia – que influenciou os cientistas sociais brasileiros – adota um tipo de investigação sobre o aspecto externo dos movimentos sociais, especialmente sua identidade social, analisando como eles se relacionam com as demais instâncias da sociedade, quais são suas formas de protestos, como se organizam e qual seu impacto nas demais forças sociais. Essas teorias

quase sempre entenderam os movimentos sociais como movimentos anticapitalistas, ou seja, movimentos motivados pelo estabelecimento de uma outra forma societária, ainda que não necessariamente o socialismo, uma vez que várias dessas teorias nem sempre foram teorias obrigatoriamente inspiradas pelo marxismo. Nas ciências sociais há muito dissenso teórico, escolas e definições de movimentos sociais. Todavia, no caso brasileiro, nossa memória recente recorda os movimentos sociais que reativaram a mobilização popular, sufocada pelo período de ditadura militar, como o “novo sindicalismo”, gestado no final da década de 1970, em São Bernardo do Campo (SP), e um sem-número de movimentos populares. O Brasil é um dos países que apresentam grande número de movimentos sociais. Podem ser encontrados, em todo o país, movimentos de luta pela terra e reforma agrária, pela habitação, movimentos dos negros, dos índios, das mulheres, movimentos ecológicos e cooperativos, de meninos e meninas de rua, movimentos de saúde, de pessoas com deficiência, movimentos comunitários de bairros, de produção e consumo, e tantos outros. Grandes conquistas sociais e políticas foram resultantes dessa multifacetada mobilização popular, como, por exemplo, a anistia dos exilados políticos em 1979, a reforma dos partidos políticos, a institucionalização das organizações sindicais e populares, a reforma constitucional de 1988 e a eleição direta a presidente da República. A noção de movimentos sociais está aqui sendo utilizada de uma forma ampla, de modo a contemplar as variadas expressões da mobilização popular em curso no

país, em defesa de direitos sociais e coletivos. A este respeito consultar Gohn (2007).

Dilemas do trabalho no capitalismo contemporâneo

Elementos como desemprego estrutural e diversidade de situações de trabalho têm modificado as bases da solidariedade sindical, trazendo graves consequências para a organização da classe trabalhadora.

Esse quadro afeta as condições subjetivas dos trabalhadores e se reflete na fragilização dos laços sociais, rompendo com formas elementares de solidariedade social e de ação coletiva. Diante de tal contexto, pode se falar na construção de uma nova sociabilidade, ou seja, o sindicalismo vê-se, no mundo inteiro, diante de importantes mudanças nos padrões de relações de trabalho que representam desafios para a organização da classe trabalhadora. Os impactos mais evidentes dizem respeito a uma drástica e generalizada redução dos postos de trabalho, notadamente no setor industrial, e a um amplo processo de precarização do trabalho, que tem dado lugar a uma nova configuração do perfil da classe trabalhadora, crescentemente fragmentada em diferentes tipos, como trabalhadores de tempo parcial, temporários, de emprego casual e trabalhadores por conta própria. Beynon (1997) os denomina de trabalhadores hifenizados.

Diante de tal cenário, a capacidade de representação sindical se vê cada vez mais comprometida. E é desse modo que

a tendência de queda nos níveis médios de sindicalização indica tal processo, na maioria dos países, nas últimas duas décadas, como demonstra Antunes (1995).

Em todo caso, apesar das dificuldades enfrentadas, os trabalhadores e suas organizações continuam atuantes, trazendo para o centro de suas lutas e do debate novas pautas e formas de atuação.

Ao longo dos anos 1990, pesquisadores e sindicalistas foram tomados pela idéia de “crise do trabalho” e, correlatamente, de “declínio do sindicalismo”. Passada essa década, percebe-se, já com o distanciamento necessário, que esse processo de transformação se deu de forma distinta da que, originalmente, foi pensada, e que os sindicatos vêm buscando, embora com muitas dificuldades, dar conta da realidade que lhes foi imposta.

A literatura especializada mais recente demonstra que muito se tem discutido, como coisa certa, a respeito das debilidades ou da decadência do sindicalismo no mundo contemporâneo. Contudo, alguns autores, na contracorrente dos que defendem essa postura, vêm demonstrando que o ritmo e a intensidade – não da decadência, mas do “refluxo sindical”¹ – variam de acordo com o setor econômico e o país em análise. Nessa linha de pensamento, torna-se clara a necessidade de superar a discussão da crise *strictu sensu* e avançar no entendimento de uma possível recuperação do sindicalismo.

¹ Conforme Boito Jr. (1999).

Tal tarefa requer, além de uma análise rigorosa da referida crise, uma postura não restritiva quanto ao estudo das transformações econômicas mais recentes, isto é, da década de 1990 até os dias atuais. Nesta direção, cabe adotar uma postura de recusa tanto do caminho economicista, que exclui as lutas de classe e as esferas da política e da ideologia, como do caminho politicista, que rejeita a esfera da economia política e o mundo da materialidade. Penso que esses caminhos, verdadeiros atalhos intelectuais, não permitem a compreensão do complexo de fenômenos que compõem tanto a crise quanto a possibilidade de recuperação do movimento sindical de trabalhadores.

A análise aqui proposta do movimento sindical recente de trabalhadores brasileiros busca articular este conjunto de problemas, tanto econômicos quanto políticos, numa abordagem que examina a transferência do *locus* dos conflitos laborais para o espaço público², ou seja, o

² O termo “público” refere-se ao que é considerado como bem comum, como patrimônio coletivo, ou seja, aquilo que “não pode ser alvo de apreciação egoísta ou particular. Notemos que isso não quer dizer estatal” (RIBEIRO, 1994). Assim, refiro-me ao espaço não-estatal, mas de dimensão pública, distinta da regulação produzida pela lógica estrita do Estado ou do mercado, onde tenham lugar a convivência e o debate no tratamento de interesses coletivos como tais, para além da esfera privada, como quer a lógica neoliberal. Nesse sentido, a constituição de espaços públicos – que representa o saldo positivo das décadas de luta pela democratização –, torna-se um novo centro de reconstrução da política, em seu sentido amplo. Quanto à utilização do conceito sociedade civil, que tem sido empregado com significados bastante diversos, convém um esclarecimento. Nesse texto, e com base no pensamento de Gramsci, ela é considerada como importante arena de luta de classes. É nela que as classes lutam para

campo de debates da sociedade civil. Nesse sentido é que vislumbro a possibilidade de articulação dos sindicatos com outros movimentos sociais, ampliando sua base de atuação política, na “perspectiva de articular questões sociais mais amplas com a luta específica das categorias que representam” (RAMALHO E SANTANA, 1999:12).

Dessa forma, esta reflexão pauta-se no diálogo (ou na tentativa de diálogo) entre trabalho e movimentos sociais no Brasil e, para tanto, é necessário analisar a relação que existe entre ambos, e isso pressupõe a explicitação do que se entende por trabalho, isto é, da referência intelectual que se tem nessa discussão. Neste sentido, é pertinente um conceito de trabalho que resgate o sujeito na história, o sujeito que as discussões ditas “neoliberais” e “pós-modernas” extinguiram. Não há discussão do trabalho sem discussão do sujeito, porque não há trabalho sem sujeito. Seja o sujeito hegemônico, que é o capital, o capitalismo, o capitalista, seja o sujeito realizador efetivo do trabalho, que é o trabalhador.

Assim, discutir trabalho, na perspectiva do movimento social, é resgatar um conjunto de elementos que se tinha deixado para trás, como, por exemplo, recuperar o trabalho como categoria chave da

conquistar hegemonia, ou seja, direção política. Por essa razão, é a esfera que resulta da socialização da política e faz parte do Estado, em seu sentido amplo. Bom lembrar que, para Gramsci, o Estado ampliado é a soma da sociedade civil e da sociedade política. Esta leitura gramsciana coloca, então, como essência de qualquer projeto de emancipação política das classes populares a idéia do fortalecimento da sociedade civil e sua compreensão como terreno privilegiado da luta político-cultural.

compreensão da história, e restabelecer o primado do sujeito na teoria social, bem como resgatar o papel e o projeto da classe trabalhadora como sujeito da história. Essa compreensão é fundamental para que se possa repensar o mundo do trabalho, que não é mais somente o mundo da fábrica. Nessa esteira, pode-se indagar: quem é o trabalhador hoje? O que é a classe trabalhadora hoje?

O que ocorreu, na verdade, é que, no contexto das mudanças implementadas pelo capital, no cenário mundial, a classe trabalhadora ficou mais complexa, fragmentada e heterogênea (ANTUNES, 1999). Em alguns setores, tornou-se mais qualificada; em outros, desqualificada e precária. Constituiu-se, de um lado, um contingente reduzido de trabalhadores polivalentes e multifuncionais e, de outro lado, uma grande massa precarizada de trabalhadores sem qualificação (subempregados e “informalizados”) atingida pelo desemprego estrutural.

O principal argumento norteador dessa proposta reporta-se à centralidade do trabalho, rechaçando a tese contemporânea da perda da mesma, contida em estudos como os do filósofo francês André Gorz (1982, 1998, 2003 e 2005a) e os do sociólogo alemão Claus Offe (1989a, 1989b e 1989c), apenas para citar dois exemplos.

A partir dessas considerações, e dada a amplitude que adquiriu a noção de classe trabalhadora nos dias atuais, não posso concordar com a tese do fim da centralidade do trabalho a partir de um segmento dessa classe: o operariado as-

salariado fabril. Este está, contraditoriamente, sendo suplantado, em escala mundial, pelo proletariado precarizado (ALVES, 2000).

Assim, o fim do papel central do trabalho (e da classe trabalhadora) não está determinado. Acredito que, por mais difícil que seja enfrentar o desafio de aglutinar forças nesse cenário de “metamorfose do trabalho”, ainda é possível resgatar, em relação aos trabalhadores, o sentido de pertencimento de classe que o capital e suas formas de dominação tentam ocultar com as mais perversas estratégias.

Diante desses elementos, parece-me que, dentre outros equívocos, Gorz e Offe confundem-se na análise da crise do movimento operário, definindo-a como crise do trabalho, o que acaba por tornar ainda mais obscuras as causas e as conseqüências da ofensiva neoliberal para os trabalhadores, o que, por si só, já contribui para despolitizar e encobrir o acirramento da luta de classes na atualidade, se considerada a relação social fundamental entre capital e trabalho. Este último aspecto, na verdade, deve nos levar a dar uma maior atenção às transformações que o ideário neoliberal ocasionou às relações de classe no Brasil, o que supõe, também, uma reflexão sobre o impacto do neoliberalismo³ para as camadas po-

³ O termo neoliberalismo está sendo usado em referência às tentativas de recuperação do capitalismo, cujas conseqüências podem ser resumidas à fragilização do Estado Nacional (na medida em que o setor público represente limites à irrestrita integração dos países à lógica financeira e especulativa) e à destruição das mais variadas expressões dos movimentos populares de resistência política aos

pulares em nosso país, no momento atual.

Cabe lembrar, porém, que isso não faz com que sejam relegados a um segundo plano, nesta análise, os espaços tradicionais de negociação e alianças do movimento sindical de trabalhadores, assim como os espaços de negociação direta entre trabalhadores e patrões, que foram conquistados pela organização sindical nos locais de trabalho.

Novas características do trabalho e da classe trabalhadora – desafios para os sindicatos

Se durante os anos 1980 a forte presença sindical no chão de fábrica garantia um poder de barganha importante aos representantes sindicais de categorias-chave de trabalhadores brasileiros, a partir da década de 1990, com a ofensiva neoliberal, iniciada com o governo Collor, isso começou a se modificar. Novas políticas de reestruturação produtiva⁴ levaram à

propósitos dos mercados e da economia desregulada (em particular, os sindicatos).

⁴ Concordando com Ramalho e Santana (2003) – que o termo reestruturação produtiva se refere a uma diversidade de processos e, muitas vezes, acaba por não servir como categoria explicativa, sobretudo se não se considerar que o conjunto de mudanças a que se refere adquirem características próprias em função das “realidades, históricas e conjunturas às quais estão associadas” (p. 14) –, entendendo como reestruturação produtiva o conjunto dos processos e mudanças ocorridos no interior do mundo do trabalho, como as práticas de terceirização/subcontratação, implantação de círculos de controle de qualidade, por exemplo, associadas ao emprego intenso da microeletrônica e da automação e de grandes investimentos em tecnologia, que são a expressão das transformações econômicas

redução do trabalho vivo nas empresas, acarretando uma diminuição do nível de emprego nos setores econômicos onde havia uma maior penetração do chamado “novo sindicalismo”,⁵ tornando mais difícil o processo de mobilização operária. Contudo, o reconhecimento dessa realidade não significa apontar para o fim da luta sindical, mas antes verificar que há um deslocamento, na sociedade brasileira atual, do espaço da luta sindical, o qual não se restringe mais apenas ao “chão da fábrica”. O movimento organizado de trabalhadores não está sujeito primordialmente às mudanças econômicas, mas, também, aos aspectos políticos e sociais que resultam das relações sociais.

A literatura especializada mostra que, embora haja consenso a respeito dos efeitos dessas mudanças sobre os sindicatos, não existe concordância quanto aos impactos ocasionados, isto é, se eles ocasionariam o fim do sindicato como instância de representação dos trabalhadores:

por que passa o mundo contemporâneo. Além disso, e com base nas reflexões de Mota (1998), a reestruturação produtiva é aqui concebida como mais uma estratégia do capital para responder às suas crises. Dias (1998) trata a reestruturação produtiva como “forma atual da luta de classes”, na medida em que, para criar as condições desta nova face da dominação capitalista, é preciso liquidar as antigas identidades de classe e as vigentes relações de trabalho, tarefa que a tal reestruturação, no sentido como a estamos entendendo, desempenha muito bem.

⁵ Devo deixar claro que, embora haja controvérsias quanto à ocorrência de rupturas em relação ao velho sindicalismo (refiro-me ao sindicalismo estatal-corporativista, inaugurado na era Vargas), o termo será aqui utilizado para destacar o movimento sindical brasileiro do final da década de 1970 até o final da década de 1980.

Uns alegam que há uma crise mundial de sindicalização; outros, qualificando diferentemente os números, apontam o relativismo de tal afirmação. Uns indicam que o legado dos sindicatos como elemento central da representação dos interesses dos trabalhadores está acabado, dando lugar a outras formas identitárias e de representação mais parciais; outros, aceitando, em parte, tal indicação, continuam apontando a importância dos sindicatos na conquista e manutenção dos direitos para a classe trabalhadora (SANTANA, 2005: 15).

É bom lembrar, ainda, que a luta dos trabalhadores dá-se historicamente, razão pela qual está sujeita a crises e instabilidades, como qualquer outra empresa humana que busca se adequar no tempo e no espaço. Nesse contexto, o movimento sindical de trabalhadores passou a buscar alternativas para as suas formas de estruturação e intervenção. Não existiriam saídas, num contexto de precarização do trabalho, conforme já visto, somente se a organização sindical não alterasse algumas de suas premissas, já que as mudanças trazem novas questões a serem enfrentadas. Este é outro aspecto que a literatura mostra: os sindicatos vêm assumindo novas configurações e maneiras de agir. Ainda de acordo com Santana (2005), no caso brasileiro, a busca de alternativas tem apontado, a exemplo de outros países, para diversas direções, embora ainda não seja possível avaliar, com profundidade, os resultados desses esforços. O que já é possível assinalar, enfatiza, é o desenvolvimento de experiências múltiplas e variadas, no movimento sindical brasileiro.

Cabe esclarecer que, não obstante as limitações impostas, a década de 1990 não

representou um período de abstenção para os sindicatos. Provam isso os vários movimentos de resistência à ofensiva neoliberal sobre o trabalho, sejam na forma de greves (ainda que com estratégias diferenciadas das duas décadas anteriores), ou na tentativa de articulação com outros movimentos⁶. Historicamente, essa articulação já acontecia, mas protagonizada pelos sindicatos. A novidade recai na recriação dessa articulação com os movimentos sociais⁷, que se dá de forma diferenciada. A esse respeito, Rodrigues (2004: 3), ao analisar o sindicalismo recente do ABC, chama a atenção para uma nova pauta sindical, na qual um dos temas cruciais é a manutenção do emprego e, o outro, “a capacidade de transitar com desenvoltura do interior da empresa à comunidade, da sociedade civil às instituições políticas, enfim, do local e/ou regional ao nacional e/ou global”.

⁶ As ofensivas iniciadas no governo Collor, que deu ampla difusão à ideologia neoliberal e aumentou o desemprego estrutural, fizeram, contraditoriamente, crescer ou mesmo deram origem a outros movimentos sociais, chamados por Mouriaux (2002) de “movimentos de urgência”, pelo fato de serem movimentos que lutam por condições mínimas e urgentes para assegurar a simples sobrevivência física de seus membros (como exemplo, o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto – MTST e o Movimento dos Trabalhadores Desempregados - MTD).

⁷ Importante esclarecer que a contribuição dos movimentos sociais para a democratização difere da que cabe aos sindicatos ou aos partidos políticos, pois os movimentos sociais apresentam perfis de organização próprios, além de uma inserção específica na sociedade e articulações particulares com a estrutura político-institucional, razão pela qual se tornam mais promissores para a construção da democracia, sobretudo no Brasil, país marcado por práticas autoritárias e clientelistas. A esse respeito vide Martins (1994) e Costa (2003).

A análise aqui empreendida leva em conta, como um dos seus eixos principais, a discussão sobre a própria crise que vive o sindicato⁸ e a maneira como a enfrenta, sobretudo no que se refere aos aspectos de exacerbação do individualismo, que é um traço marcante da sociabilidade capitalista. Nesse cenário, a regeneração da solidariedade de classe⁹ comparece como estratégia fundamental para um projeto de retomada do sindicalismo que possa responder às características desses novos tempos, quando a desarticulação, para a classe trabalhadora, tornou-se um imperativo. Aí se encontra um outro aspecto fundamental para este estudo, que é a perda de referências coletivas, mesmo num movimento em que a ação coletiva é (ou deveria ser) o mote principal, sendo esta uma outra questão subjacente ao

⁸ A crise do movimento sindical ocorre não só nos países capitalistas mais desenvolvidos, mas, também, nos pólos mais modernos da economia capitalista dependente, que é o espaço em que se trava a luta política no país e do qual depende, estrategicamente, o sucesso dos demais movimentos sociais.

⁹ Necessário frisar que, ao apontar a “regeneração da solidariedade de classe”, refiro-me à recusa da individualização, da guerra de todos contra todos que a nova lógica privatista procura impor como regra de vida. Assim, solidariedade refere-se à vontade de “reconstituir um mínimo de comunidade humana” diante das relações capitalistas (Bihar, 1998). Isso para tornar claro que não pretendo contrapor essa noção à de um possível sindicalismo solidário do passado, como “uma época dourada em que os trabalhadores eram espontaneamente coletivistas e as organizações laborais alinhavam-se por detrás de um projeto de classe unificador” (HYMAN, 1996:19 in RAMALHO E SANTANA, 2003: 26). Seria ingênuo não reconhecer a diversidade de experiências e de finalidades almeçadas pelas organizações sindicais. A construção da solidariedade em tempos de acentuação da lógica privatista do capital é colocada como um valor moral que possa balizar um projeto de resistência a essa tendência ao individualismo exacerbado.

problema abordado. É nesse sentido que a constituição de espaços públicos ampliados e novas formas de gestão públicas, abertas à participação, são de vital importância.

Implícita, aqui, está a idéia de que o sindicalismo não é só um fenômeno de cunho institucional, ligado ao mundo do trabalho apenas. Ele é, além disso, um fenômeno de cunho social e político. Isso deixa a descoberto os elos com os projetos políticos em cena, na sociedade, o que faz com que as lideranças sindicais estejam implicadas, explícita ou implicitamente, com outros sujeitos políticos da sociedade. Nesse campo de disputas, há clivagens importantes entre as tendências sindicais mais proeminentes, sobretudo entre as duas maiores centrais sindicais do país: a CUT e a Força Sindical. Bom lembrar que os sindicatos ligados à CUT costumavam possuir posições mais críticas, enquanto que os ligados à Força Sindical se posicionavam a favor das políticas econômicas postas em prática pelo governo. Contudo, com a chegada do PT à presidência da República em 2002, este quadro sofreu alterações bastante significativas¹⁰.

¹⁰ Em relação ao grupo de políticos oriundos do movimento sindical que chegou ao poder com a eleição de Lula, nota-se uma tendência efetiva à sua participação nos assuntos do governo, sejam os predominantemente administrativos ou aqueles mais voltados à articulação política. Alguns desses ex-sindicalistas, mesmo expostos à execração pública e a freqüentes ataques da grande imprensa, no âmbito dos sucessivos escândalos políticos registrados no primeiro governo Lula, mantiveram uma postura de fidelidade. Destacam-se, no grupo, nomes como Delúbio Soares (ex-tesoureiro da CUT), Luiz Marinho (ex-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC), Luiz Gushiken (ex-presidente do Sindicato dos

Esses elementos delineiam algumas questões levantadas no início do texto e reforçam a idéia de que uma das saídas para o grande desafio posto aos sindicatos é que, mesmo para o movimento sindical, a questão social não pode ser tratada apenas em termos da esfera das relações de trabalho, envolvendo os trabalhadores, os empresários e o Estado, privilegiando a dimensão interna do conflito em detrimento das dimensões externas. É necessário, para o enfrentamento das questões que ultrapassam o limite da “sua” categoria, falar à sociedade, ao cidadão e, até mesmo, ao consumidor, numa tentativa de estabelecer relações com setores da sociedade civil e movimentos sociais, sobretudo os mais próximos das causas tratadas pelo sindicato.

Bancários - SP), Ricardo Berzoini (ex-presidente do Sindicato dos Bancários - SP), Paulo Okamoto (ex-dirigente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC), Humberto Costa (ex-dirigente do Sindicato dos Médicos - PE), Jaques Wagner (ex-dirigente do Sindicato dos Químicos -BA), Luiz Dulci (ex-dirigente do Sindicato dos Professores - MG), Marcelo Sereno (ex-dirigente do Sindicato da Vale do Rio Doce) e Jacó Bittar (ex-presidente do Sindicato dos Petroleiros). Além destes, há outros que integram ou integraram escalões intermediários do governo e da administração indireta. Em seu primeiro governo, o presidente Lula, de fato, selecionou, para cargos estratégicos, pessoas que formavam a base do PT. Sindicalistas, pessoas de movimentos ligados à igreja e a outros movimentos de esquerda foram escolhidos em detrimento do oferecimento de mais espaço a pessoas da burocracia antiga do Estado ou representantes dos partidos aliados. Essa opção pode ser considerada, portanto, como uma valorização da base do partido.

Porém, no segundo mandato de seu governo, o que vemos é a opção maior pela base aliada, tendo em vista as mudanças anunciadas para a atual legislatura. Ao se analisar a situação do sindicalismo no primeiro mandato do governo Lula, constata-se que a CUT cresceu 5,5% e a Força Sindical dobrou o número de filiados. À primeira vista, os anos de 2003 a 2006 foram um período de “vacas gordas” para o sindicalismo no Brasil.

É nesse sentido que, na sociedade brasileira atual, parece haver um deslocamento do espaço da luta sindical, o qual não se restringe mais apenas ao chão da fábrica ou aos lugares do trabalho, mas igualmente à disputa ideológica pela hegemonia no espaço público¹¹. Essa afirmativa refere-se ao fato de que durante as décadas de 1970 e 1980, frente à grande expansão do movimento sindical brasileiro, criou-se a idéia de que bastava uma forte presença no chão da fábrica para que os sindicatos se tornassem sujeitos potentes, influenciando em decisões importantes. Na época em que estamos, esse esquema de atuação está em crise. Mudanças estruturais e políticas importantes tornam o discurso do conflito entre trabalhadores e empregadores pouco atraente. É nesse contexto que as principais centrais sindicais do país, começam a considerar, seriamente, a necessidade de dar uma maior atenção a questões sociais não diretamente ligadas ao mundo do trabalho, mas que se refletem no mesmo. Importante lembrar que a CUT, majoritária, já vinha mudando de linha de atuação desde a década de 1990 (a este respeito, ver Rodrigues (2004) e Ferraz (2003)).

Apesar da polêmica que envolve esse tema e as críticas que a CUT e o governo

Lula vêm recebendo, inclusive de setores de esquerda, o que se pretende ressaltar é que as propostas para os rumos da ação sindical cutista já apontavam, desde meados da década de 1990, para a necessidade de negociação e de articulação política com outros movimentos populares, face às dificuldades de confronto impostas pelo “receituário” neoliberal¹². Sem ignorar as divergências e as diversas tendências que existem no interior da CUT, não se pode desconsiderar que as diretrizes adotadas por esta Central se fazem presentes em muitos sindicatos de sua base, e que a propensão à negociação ainda é uma linha marcante do sindicalismo cutista, nos dias atuais, e que este já vem “ensaiando passos”, desde o final da década de 1990, no sentido de buscar alianças que ultrapassem o limite do local do trabalho, e estratégias de ação que possam criar canais de comunicação com setores da sociedade civil e movimentos sociais.

A negociação é aqui entendida como política ou, de acordo com Rancière (1996), como a maneira dos que não têm direitos cobrarem a sua parte e, no caso dos sindicatos, essa cobrança é feita, algumas vezes, publicamente, ou melhor, trazendo a público relações que eram interpretadas sob a ótica do direito privado.

¹¹Esta tendência é visível mesmo em empresas privadas, onde a interferência do Estado é menor que nos casos de empresas ou instituições públicas. Veja-se, por exemplo, as greves no ano de 2002, na indústria metalúrgica de São Paulo, onde a solidariedade das famílias e as comunidades dos trabalhadores, além das alianças com a Igreja e outros órgãos da sociedade civil e da pressão da opinião pública, contra a demissão massiva dos trabalhadores, levaram o Estado e os empresários a aceitarem formas de acordos que preservaram empregos.

¹² Estou ciente das críticas e acusações, como a de peleguismo, que esse tipo de ação provocou e ainda provoca no debate sobre o sindicalismo brasileiro. Contudo, não se pode perder de vista que, diante de um quadro tão desfavorável ao movimento sindical, a participação em pactos sociais ou em fóruns onde não há maioria de trabalhadores, mas que possam beneficiar a classe trabalhadora, não pode ser desprezada.

Concebida dessa forma, a política é feita de “relações de mundo”, e não simplesmente de relações de poder. Logo, a política não é um meio de harmonização e entendimento dos homens, não é o objeto da sociedade política. Apenas os conflitos podem ser considerados políticos. Não se trata de trazer o consenso para o debate público, mas o dissenso, o conflito. Em outros termos, uma questão que se limita ao espaço privado (no caso em análise, ao mundo da fábrica, da empresa e do direito privado) não será “ouvida” no cenário político. Neste sentido, Rancière rompe com as formas tradicionais de pensar a política a partir de uma situação inicial de consenso. Segundo o autor, o desentendimento, ao criar a fragilidade da ordem estabelecida, abre a possibilidade de um maior número de sujeitos participarem da política, que é valorizada não pelo negociado e consentido, mas pela possibilidade dos que não têm espaço no público reivindicarem seu lugar. Seus “operadores”, portanto, são aqueles que produzem cenas polêmicas, que revelam uma contradição entre duas lógicas. “Mais que relações de força ou relações de poder – que se equacionariam através de um vetor comum – a política é feita de relações de mundo” (RANCIÈRE, 1996: 54). Ou seja, mais do que nunca é preciso contextualizar, unir o local ao global para entender as novas relações de mundo que estão sendo estabelecidas e, desta forma, realmente comunicar-se não apenas com a categoria envolvida, mas com a sociedade.

Disso decorre uma questão de fundo que se refere à possibilidade do movimento sindical ser capaz de reinventar a política

ou, como a define Rancière (1996), o campo do conflito. Estará o sindicato refém do neoliberalismo, ou segue tentando reinventar a política? Tenta trazer o conflito para a dimensão pública, o que implica na tentativa de reversão da lógica privatista que vem sendo imposta aos trabalhadores?

Comentários finais

Não obstante o fato do PT, antes de ser governo federal, ter se constituído num dos interlocutores mais próximos do sindicalismo cutista, percebem-se sinais que parecem indicar que o processo democrático, no Brasil, está passando por transformações e que o espaço público vem ganhando um maior peso, a partir da articulação de diversos movimentos sociais, incluindo os sindicatos. Ocorre que, simultaneamente a isto, há, da mesma forma, um processo de espetacularização da política no país. Refiro-me à tendência de transformação da política em um grande *show*, onde a agenda política passa, prioritariamente, pelas mídias e pelo espaço que estas concedem a temas e perspectivas¹³.

Portanto, ao considerar a importância do espaço público para se compreender a dinâmica do movimento sindical de tra-

¹³ Ribeiro (1994) faz uma análise muito interessante sobre a política como espetáculo, referindo-se à teatralização da política – quando os cidadãos ficam reduzidos a espectadores das decisões políticas. “Quanto mais o governante fizer cena para a sua popularidade, esquecendo o público pelo publicitário, menor será o caráter público das políticas adotadas, menor seu compromisso com o bem comum” (p. 34).

balhadores, no Brasil atual, estou buscando enfatizar o fato de tal movimento ser um tipo de ação coletiva e que, como tal, não pode ser pensado apenas no espaço do mundo do trabalho ou mesmo no espaço institucional das relações profissionais. Sendo os sindicatos fenômenos sociais, uma vez que o trabalho assalariado é a mola propulsora da organização da sociedade, faz-se necessário entendê-los em toda sua complexidade, o que significa abordá-los nos contextos sociais ampliados em que eles se manifestam. Daí a necessidade em se pensar os sindicatos inseridos na sociedade civil, com potencial de provocar o debate nas esferas públicas, com suas demandas, além da possibilidade de contribuir para decisões sociais e políticas de interesse para a classe trabalhadora.

Nesta ordem de idéias, é importante não perder de vista as novas características do trabalho, bem como o modo de ser da classe trabalhadora, na atualidade. Outros elementos de importância para a compreensão dessas questões são as mudanças na legislação sindical e trabalhista, que foram objeto de discussão no Fórum Nacional do Trabalho, instalado pelo governo Lula. Ademais, a relação do movimento sindical com o Estado é outro elemento subjacente a esta abordagem, sobretudo na conjuntura atual, onde se destaca a intensa presença de sindicalistas em cargos estratégicos do governo federal.

A compreensão do tema passa, necessariamente, não apenas pela avaliação da necessidade histórica de fortalecimento do aparato sindical, mas, sobretudo, de

sua razão de ser. Nesta perspectiva, a questão social¹⁴ refere-se não só ao resultado da contradição na relação entre capital e trabalho, mas, além disso, à resistência ao próprio processo de exploração vivenciado pela “classe-que-vive-do-trabalho” (ANTUNES, 1995).

O “otimismo da vontade” indica que essa ampliação do campo de ação sindical se torna interessante, para além do que se passa da esfera do trabalho e das empresas, pois a ação tradicional do sindicalismo mostra-se insuficiente para enfrentar a multiplicidade das especificidades dos terrenos, das disputas e das lutas que devem ser conduzidas fora do trabalho, as quais são tão numerosas e complexas que nenhuma organização pode pretender assumi-las sozinha. Nesse confronto, a constituição de espaços públicos é uma estratégia que pode reinventar o debate, descentrando-o da oposição estatal-privado, tão em voga e tão conveniente à operação ideológica liberal.

Contudo, “o pessimismo da razão” alerta para o fato de que a nova estratégia adotada traz, em si, outros desafios ao sindicalismo. Como estabelecer alianças que ultrapassem os limites do local de trabalho, no sentido de aumentar sua capacidade de organização e mobilização sem, com isso, perder a sua identidade, ou seja, afastar-se do seu papel histórico?

¹⁴ Referenciando Yamamoto (1998), a questão social revela “o conjunto das expressões das contradições da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade” (p.27).

Referências

- ALVES, Giovanni. **O novo (e precário) mundo do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2000.
- ANTUNES, R. **O novo sindicalismo no Brasil**. São Paulo: Pontes, 1995.
- _____. **Os sentidos do trabalho**. Ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.
- BEYNON, Huw. As práticas do trabalho em mutação. In: ANTUNES, R. (org.). **Neoliberalismo, Trabalho e Sindicatos: Reestruturação no Brasil e na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 1997.
- BIHR, A. **Da Grande Noite à Alternativa**. São Paulo, Boitempo, 1998.
- BOITO Jr., A. **Política neoliberal e sindicalismo no Brasil**. São Paulo: Xamã, 1999.
- COSTA, S. Movimentos sociais, democratização e a construção de esferas públicas locais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, nº 35. ANPOCS, 2003.
- DIAS, E. F. Reestruturação produtiva – forma atual da luta de classes. **Outubro** nº 1. São Paulo: Instituto de Estudos Socialistas, 1998.
- FERRAZ, M. A. dos S. **CUT-Cidadã: uma avaliação do sindicalismo recente**. Seminário Intermediário do GT ANPOCS. São Paulo: USP, 2003.
- GOHN, M. G. **Teorias dos Movimentos Sociais**. Rio de Janeiro: Loyola, 2007.
- GRAMSCI, A. **Concepção dialética da história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.
- GORZ, A. **Adeus ao proletariado: para além do socialismo**. Rio de Janeiro: Forense, 1982.
- _____. Le travail fantôme. In: KERGOAT, J. et al. **Le Monde du Travail**. Paris: La Découverte, 1998.
- _____. **L'immatériel. Connaissance, valeur et capital**. Paris: Galilée, 2003.
- _____. **Misérias do presente, riqueza do possível**. São Paulo: Annablume, 2005.
- HYMAN, R. Los Sindicatos y la Desarticulación de la Clase Obrera. **Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo**, nº 4. Cidade do México: ALAST, 1996.
- IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 1998.
- MARTINS, J. de S. **O poder do atraso: ensaios de sociologia da história lenta**. São Paulo: HUCITEC, 1994.
- MOURIAUX, R. A esquerda e a reanimação das lutas sociais na Europa. Entrevista. **Crítica Marxista**, n. 14. São Paulo: Boitempo, 2002.
- MOTA, A. E. (org.). **A nova fábrica de consensos – ensaios sobre a**

reestruturação empresarial, o trabalho e as demandas ao Serviço Social. São Paulo: Cortez, 1998.

OFFE, C. **Trabalho e Sociedade:** problemas estruturais e perspectivas para o futuro da sociedade do trabalho. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, vol. 1, 1989a.

_____. **Capitalismo desorganizado.** Transformações contemporâneas do trabalho e da política. São Paulo: Brasiliense, 1989b.

_____. Trabalho: a categoria chave da sociologia? **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, nº 10, v. 4. ANPOCS: 1989c.

RAMALHO, J. R. e SANTANA, M. A. **Além da fábrica** – trabalhadores, sindicatos e a nova questão social. São Paulo: Boitempo, 2003.

_____. **Tradição sindical e as mudanças econômicas dos anos 90:** o caso dos metalúrgicos do Rio de Janeiro. Porto Alegre: SBS, 1999.

RANCIÈRE, J. **O desentendimento:** política e filosofia. São Paulo: Editora 34, 1996.

RIBEIRO, R. J. A política como espetáculo. In: DAGNINO, E. (org.) **Anos 90** – Política e sociedade no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1994.

RODRIGUES, I. J. **Sindicalismo e desenvolvimento regional:** a experiência dos metalúrgicos do ABC. Caxambu: ANPOCS, 2004.

SANTANA, M. A. O Mundo do trabalho em mutação: as reconfigurações e seus impactos. **Cadernos Idéias**, nº 34. São Leopoldo/RS: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2005.